

Campos faz defesa da soberania

O deputado brasileiro propõe diretas para presidente em 1988

M. CAVALHEIRO
Da Editoria de Política

Preso mais de uma vez, exilado, torturado, o advogado Geraldo Campos não perdeu a liderança que exercia, em 1964, sobre uma vasta camada de trabalhadores de Brasília. Agora, chega à Constituinte com uma preocupação principal: a de defender a soberania nacional. Para isto, considera necessário que se eleja um presidente, pelo voto direto em 1988, dando-lhe o respaldo popular necessário à tomada de atitudes co-

mo a criação de uma lei de remessa de lucros — intenção que teria sido um dos motivos da derrubada de Jango. Campos, se não ignora isto, assinala que o País mudou, tem hoje um poder de barganha ampliado e deve se preparar para falar de igual para igual com chefes de nações desenvolvidas e banqueiros internacionais. Define-se como "um soldado da transição", um período político delicado que, a seu ver exige uma vigilância cotidiana para evitar os pesares de um possível retrocesso.

Depois de uma trajetória que passa pelas prisões e pela tortura, o senhor chega à Assembleia Nacional Constituinte com que tipo de preocupações? Que temas merecerão mais sua atenção?

A nossa preocupação é em grande parte na defesa da soberania nacional. É indiscutivelmente, o reforçamento da soberania nacional passa por medidas como a moratória ou a minimoratória no pagamento da dívida externa. Ao suspender o pagamento é preciso, ao mesmo tempo em que se discute a forma de pagamento num prazo mais dilatado, fazer uma auditoria para saber que parcelas realmente são devidas. Ai entra, inclusive, a questão dos juros flutuantes. Não podemos aceitar que o juro não seja aquele fixado, ou que existia na época em que se assumiu o débito.

Esta é uma questão que se põe, em tese, a nível de Congresso Nacional. É uma questão imediata. Como isto poderia ser disciplinado na Constituinte? Eu me refiro ao relacionamento entre o Brasil e outros países e instituições — os países desenvolvidos, as nações do Terceiro Mundo, os banqueiros internacionais.

Não estou entre os que defendem que nenhum capital estrangeiro deve en-

Sou dos que defendem o mandato presidencial de quatro anos. Em 88, devemos ter eleições presidenciais

tituição ou se trata de um processo. Como o Brasil chegará à situação em que poderá falar de igual para igual com os países que nos emprestam dinheiro e cobram juros?

Em primeiro lugar, a Constituição, por ser uma carta de princípios gerais, não definirá e não entrará em detalhes sobre cada medida. Mas deverá conter as linhas gerais necessárias para assegurar que — ao sairmos da fase de transição para a democracia, para a fase das transformações — o Governo esteja obrigado a cumprir uma série de medidas que assegurem o reforçamento de nossa soberania, e esteja armado para isto. Sou dos que defendem que o mandato presidencial não deve ser maior do que quatro anos. Em 88, devemos ter eleições presidenciais. Com a promulgação da Carta até 15 de novembro, chegaremos ao final da transição e entraremos na fase das transformações. Será conveniente, então dispormos de um presidente eleito pelo voto direto do povo, a fim de que ele tenha autoridade para implementar as medidas necessárias, para falar de igual para igual. Se o Brasil deixasse de exportar tudo que é solicitado, criaria grandes dificuldades para os países desenvolvidos. Falo por exemplo, do quartzo, imprescindível para a área da informática. Defendo, por isso, que a experiência da reserva de mercado, já aprovada pela prática, seja estendida a outros campos, como os da química fina, dos aços finos. Temos de começar a nos afirmar com nosso poder, mesmo sabendo que haverá um efeito em sentido contrário. Quando o ministro da Fazenda começou a falar em propostas que assegurassem pelo menos um passo inicial para a moratória, tentamos desestabilizá-lo de fora para dentro. Mas nós vamos buscar nosso caminho. Não vamos ser joguete dos interesses internacionais.

Outra soberania que anda em pauta é a da Constituinte. O senhor defende uma assembleia com poderes para mudar, por maioria absoluta, a Carta em vigor?

Defendo a tese da soberania da Constituinte. Mas sempre tive a posição de que devemos ser suficientemente flexíveis para discutir a questão. Acho que um acordo seria possível.

Os chamados xilitas (não faço ainda parte de grupo algum) defendem que se faça uma negociação, mas em cima dos temas que devem ser mudados, do que nós consideramos entulho autoritário. Acho que devemos buscar a soberania. No entanto, não podemos ter a presunção de sermos todo-poderosos. Não há dúvida de que a transição está sendo feita ainda à base de um acordo — e esse acordo deve ser observado de parte a parte. Mas nós não devemos abrir mão do espaço já conquistado.

O senhor foi um homem perseguido. Passou maus bocados com a ditadura. Tem segurança, hoje, de que o País não viverá períodos negros como o do Estado Novo e o da ditadura que marcou nossas gerações?

Para mim — e isto eu tenho dito a meus companheiros — a grande ameaça que pesa sobre todos nós é a de um retrocesso. Isto ocorreu em outros países da América Latina e pode ocorrer também no Brasil. Não temos a menor dúvida de que as conspirações existem. Os golpistas de ontem estão presentes também no seio da Constituinte. Ao contrário do que aconteceu no Uruguai e na Argentina, não houve um expurgo nas Forças Armadas — e lá também estão presentes os golpistas do passado. Então, acho que a segurança para que o retrocesso não ocorra está na vigilância cotidiana, diuturna, pela qual vamos

A nossa grande preocupação é a defesa da soberania nacional. Ela passa por medidas como a moratória

manter a estabilidade da transição. Eu sou um soldado da transição, engajado no apoio ao sistema que a está levando até que a Carta seja promulgada, que se legitime uma situação nova no País. Tenho clareza disto. E minha preocupação constante. E foi em função desta preocupação que eu, por exemplo, votei contra a convocação do ministro Funaro para comparecer à Constituinte. Creio que haverá um momento oportuno para que o ministro venha, perante o Congresso, prestar contas, informar, submeter-se à sabatina de deputados e senadores. Acho que ele deve primeiro prestar contas ao sistema de sustentação, senão poderemos correr o risco de encampar posições que vêm de fora, alienígenas, sob a aparência de que estaríamos defendendo os interesses de nosso empresariado, da burguesia nacional, do povo brasileiro.

ANC 88
Pasta 06 a 11
março/87
001

A grande ameaça que paira sobre todos nós é a de um retrocesso. E preciso estarmos vigilantes para manter a transição

trar no País. O que acho é que devemos domá-lo — impor condições ao capital que queiram empregar em nosso território, como qualquer país soberano faz. Sou favorável a uma lei de limitação da remessa de lucros. Não podemos permitir o superfaturamento e o subfaturamento praticados pelas multinacionais, que trazem mercadorias como se valessem astronômica e as devolvem ao exterior já elaboradas — com nossa mão-de-obra, nossas riquezas, nossa energia — subfaturadas, como se nada valessem. Há quem julgue que o golpe de 64 teve entre suas razões a lei de remessa de lucros do Jango. Hoje o Brasil é outro país. Somos a oitava economia do mundo. Temos uma produção de minérios da qual o mundo desenvolvido não pode prescindir. O Brasil deve começar a falar buscando seu espaço como potência, como país desenvolvido.

Tudo isto remete à questão de afirmação da soberania nacional. Basta consignar o princípio na Cons-